



**ANA MARIA CAMPOS**  
anacampos.df@dabr.com.br

## Punição mais severa para atos golpistas

Na contramão do senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS) que quer anistiar os envolvidos nos atos de 8 de janeiro, o líder do PT no Senado, Fabiano Contarato (ES), pretende endurecer a punição para quem praticar crimes contra o Estado Democrático de Direito. O objetivo do parlamentar é evitar a concessão de anistia e aumentar o tempo para o direito de progressão de regime a quem for condenado por atos antidemocráticos. O projeto altera a Lei de Crimes Hediondos (nº 8.072), de 25 de julho de 1990, e prevê, entre outras medidas, a inafiançabilidade, a impossibilidade de anistia, graça ou indulto, o regime inicial fechado e a progressão de regime mais lenta para os condenados por esses crimes. "A inclusão dos crimes contra o Estado Democrático de Direito no rol de crimes hediondos é um passo necessário frente à gravidade dessas condutas. Com isso, espera-se que atos dessa natureza sejam prevenidos e reprimidos com maior eficácia, protegendo-se assim os pilares da nossa democracia e da nossa cidadania", justifica o senador.



### Pressão

Há uma pressão entre deputados distritais para que não haja indiciamento de generais ouvidos na CPI dos Atos Antidemocráticos da Câmara Legislativa.

## Senado vota projeto que recompõe salário das forças de segurança do DF

A espera dos servidores das forças de segurança do DF em busca da recomposição salarial deve terminar hoje. O projeto de Lei 4.426/2023 entrou na pauta da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. O texto é fruto de um acordo do governo federal com o Corpo de Bombeiros Militar do DF e as polícias Civil e Militar da capital Federal, que prevê o reajuste de 18% dividido em duas parcelas iguais. A senadora Leila Barros (PDT-DF), vice-líder do governo no Senado, ressaltou que os policiais civis, policiais militares e bombeiros do Distrito Federal lutavam há anos pela recomposição salarial. "Vários governos passaram, mas o assunto não recebeu a devida prioridade. Este ano, após mais de quatro meses de negociação, alcançamos este acordo que encerra um longo período de reivindicações dessas categorias pelo reconhecimento de seus serviços prestados aos brasilienses e à União."

### Impacto financeiro

A primeira parcela da recomposição salarial da segurança do DF representará um impacto financeiro de R\$ 372,2 milhões até o final deste ano. Com a segunda parcela, a ser paga a partir de janeiro, o valor total será de R\$ 685 milhões até o final de 2024. O dinheiro sai do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF).

## Recondução na Junta Comercial

A Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo da Câmara Legislativa fará, hoje, a arguição pública de Walid de Melo Pires Saredine e de José Fernando Ferreira da Silva, candidatos à recondução aos cargos de presidente e vice-presidente da Junta Comercial, Industrial e Serviços do DF (Jucis-DF). Logo em seguida à arguição, o colegiado votará o parecer sobre as indicações.



### Na Trend

A maioria dos deputados distritais entrou no clima das redes sociais com a divulgação de reproduções de suas imagens relacionadas às animações da Disney Pixar. A brincadeira continua. O presidente da Câmara Legislativa, Wellington Luiz (MDB), e o vice, Ricardo Vale (PT), além da deputada Doutora Jane (MDB), e os deputados Jorge Vianna (PSD), Gabriel Magno (PT) e Daniel de Castro (PL).



### Elas na onda

A senadora Damares Alves (Republicanos-DF) e a vice-governadora Celina Leão (PP) divulgaram seus avatares de personagens da Disney Pixar. Damares aparece no Congresso. Já Celina é versátil. Surge como jogadora de futevôlei e como administradora das áreas de saúde, segurança e defensora das causas femininas.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos\_cb

**SISTEMA FINANCEIRO** / Banco de Brasília é obrigado a refazer seus balanços devido a uma série de inconsistências e só tem resultado positivo no primeiro semestre deste ano por causa de crédito tributário. Não fosse isso, teria fechado no vermelho

# Banco Central exige mudança e lucro do BRB desaba

» VICENTE NUNES  
Correspondente

**L**isboa — A decisão do Banco Central de obrigar o Banco de Brasília (BRB) a refazer seus balanços, tanto de 2022 quanto de 2023, por causa de lançamentos indevidos de receitas, provocou estragos nos demonstrativos financeiros da instituição controlada pelo Governo do Distrito Federal (GDF). O impacto foi tamanho que, nos primeiros três meses do ano, o BRB passou de um lucro líquido de R\$ 69,9 milhões para um prejuízo de R\$ 43,3 milhões. Esse tombo foi calculado por analistas financeiros com base nas divulgações feitas pelo próprio banco referentes ao primeiro semestre de 2023.

Nos primeiros seis meses deste ano, especificamente, as correções nos balanços do BRB chegaram a R\$ 173,8 milhões, dos quais R\$ 75,8 milhões são referentes a dividendos recebidos

indevidamente de uma reestruturação societária envolvendo a BRBCard e R\$ 77,5 milhões decorrentes de uma parceria da instituição com a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa para a área de loterias. O negócio foi rejeitado pelos órgãos reguladores, mas, ainda assim, o BRB lançou a quantia em seu balanço para inflar os resultados.

Os dados do BRB mostram que o buraco dos três primeiros meses do ano foi coberto pelo lucro líquido de R\$ 85,4 milhões computado entre abril e junho. Por isso, o resultado consolidado do banco no primeiro semestre de 2023 ficou em R\$ 42,1 milhões. Ou seja, os ajustes determinados pelo BC não apenas zerraram o lucro anunciado inicialmente pelo BRB entre janeiro e março, como ainda deixaram um saldo negativo que comeu quase a metade dos ganhos obtidos nos três meses posteriores.

É importante ressaltar, ainda, que o BRB só continuou com

lucro no primeiro semestre no seu balanço deste ano porque lançou créditos tributários de R\$ 71,6 milhões como receitas. Foi essa contabilidade que permitiu o lucro líquido de R\$ 42,1 milhões. Ou seja, o resultado antes da tributação do IR foi negativo em R\$ 23,7 milhões, o que significa que a operação do banco público não apresentou resultado positivo.

Quando descontados esses créditos tributários, o BRB teve prejuízo de R\$ 23,7 milhões no período. Essa, portanto, é a realidade dos balanços do banco, diz um técnico da autoridade monetária. Além da utilização do crédito tributário, o banco aplicou uma reversão de R\$ 20 milhões em provisões para o pagamento de dívidas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Em 2001, a instituição controlada pelo GDF foi autuada quatro vezes por não recolher contribuições previdenciárias sobre participações nos lucros de seus funcionários e sobre

Ed Alves/CB/D.A Press



Banco apresenta prejuízo de R\$ 43,7 milhões no primeiro semestre

abono salarial. Agora, em 2023, 22 anos depois, os advogados do BRB entenderam que vencerão o processo com o INSS. Portanto, os R\$ 20 milhões poderiam sair da rubrica de despesas e pular para a coluna de receitas.

Ao tirarmos essa reversão da provisão de débitos tributários, fato não recorrente, e o

lançamento de créditos tributários, o BRB apresenta um prejuízo em sua operação de R\$ 43,7 milhões no primeiro semestre deste ano. Mesmo com os ajustes contábeis lançados pelo BRB, o certo é que os números pioraram muito, no próprio balanço do banco. Houve uma queda no lucro líquido de 73,7%.

### Números

**Balanço**  
**R\$ 69,9 milhões**  
Lucro líquido do primeiro trimestre antes dos ajustes do balanço determinados pelo BC

**R\$ 43,3 milhões**  
Prejuízo do primeiro trimestre após os ajustes no balanço

**R\$ 85,4 milhões**  
Lucro do segundo trimestre

**R\$ 42,1 milhões**  
Resultado positivo apontado pelo balanço do primeiro semestre

**Lançamentos contábeis não operacionais**  
**R\$ 71,6 milhões**  
É o lançamento dos créditos tributáveis, não recorrentes, referentes ao primeiro semestre

**R\$ 20,1 milhões**  
É a reversão do crédito tributário referente a uma antiga dívida com o INSS

**R\$ 91,7 milhões**  
Soma dos valores lançados como crédito nos ajustes contábeis

**Saldo**  
**R\$ 43,6 milhões**  
É o valor negativo calculado sem os lançamentos dos ajustes contábeis